



A formação de professores para a Agroecologia e a experiência do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ

Diogo de Souza Pinto¹
Fabrício Amador²
Lia Maria Teixeira de Oliveira³
Marília Campos⁴

1 Professor-colaborador da LEC/UFRRJ, mestrando do PPGEDuc/UFRRJ,
diogomococa@yahoo.com.br

2 Professor-colaborador da LEC/UFRRJ, mestrando do PPGEDuc/UFRRJ,
f.amador@bol.com.br

3 Professora da UFRRJ.

4 Professora da UFRRJ.

RESUMO

No Brasil, foram criados diversos cursos de Agroecologia em diferentes níveis; porém, a formação de um quadro profissional capacitado para atuar nessa nova perspectiva de educação ainda é limitada e pouco compreendida. Com base nesse tema, tomamos como referência nossas experiências acumuladas na Licenciatura em Educação do Campo – Pronera 2009 – Movimentos Sociais e Sindicais do Campo e Povos Tradicionais – UFRRJ (2010–2013), constituído por duas áreas de habilitação, sendo uma delas Agroecologia e Segurança Alimentar. Diante da questão mais geral de construção identitária desse recente campo profissional docente, buscamos contribuir para a elaboração dos princípios e diretrizes do ensino em Agroecologia. Consideramos que a formação de professores se insere nessa discussão de forma a compreender as necessidades, os desafios e os processos formativos que compõem o educador para atuar no ensino da Agroecologia.

Palavras-chave: Educação do campo; Formação de professores; Agroecologia.

Introdução

A crescente criação de cursos de Agroecologia nos últimos anos culminou na regulamentação pelo Ministério da Educação (MEC) de mais de uma centena deles, em diferentes níveis de ensino. A diversidade presente nos objetivos, projetos e



metodologias utilizadas nesses cursos é de fundamental importância para um campo de conhecimento multidisciplinar, que avança em seu processo de construção articulando os saberes do campesinato aos do campo científico, reinventando e consolidando as experiências na Agroecologia (ALTIERI, 2002). Sendo assim, cada curso que foi criado visa atender uma demanda específica de formação, filosofia e desenvolvimento local/regional, embasado na trajetória histórica dos processos de militância e resistência que vêm construindo esse novo campo do conhecimento. Além disso, é fundamental relembrar a importância das experiências geradas nos movimentos de luta pela terra, o papel dos diversos movimentos sociais e sindicais e das organizações dos povos tradicionais para o processo da ampliação da Agroecologia e dos processos de resistência em curso diariamente. Seria impossível pensar a educação em Agroecologia sem as heranças da Educação Popular (FREIRE, 1987; BRANDÃO, 1980).

Para tanto, relembramos que esse processo teve seu marco inicial na década de 1970, com o movimento da Agricultura Alternativa, que foi construindo suas lutas dentro das universidades, articulada aos movimentos sociais do campo e se apoiando, posteriormente, na ciência da Agroecologia (LUZZI, 2007). Ao longo de sua trajetória, o movimento agroecológico foi ganhando espaço no campo científico, político e social, e a criação dos cursos de Agroecologia é uma expressão desse processo nos campos do ensino profissional agrícola, da Educação do Campo e da Educação Popular. Porém, uma observação é pertinente: quem são os educadores que atuam/atuarão nesses cursos? Como o curso pode ser estruturado de forma a possibilitar, também àqueles que não seguirão a docência, contribuições em outros processos educativos e comunitários, consolidando a Agroecologia como uma ferramenta para as áreas de reforma agrária? Estas perguntas nos levaram a refletir sobre os processos formativos dos profissionais e sobre as dimensões políticas, pedagógicas, estruturais e culturais dos cursos. Como pensar na constituição das “identidades” e dos processos formativos que compõem estes novos profissionais: o educador agroecológico e o agroecólogo educador (não necessariamente “professor”)?

Ao discutir sobre a formação de professores para o ensino de Agroecologia no Brasil, não podemos nos reportar somente aos cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas/Agrárias e Educação do Campo, pois encontramos atuando nos cursos técnicos, tecnólogos e superiores diferentes profissionais de áreas das Ciências Agrárias (agrônomos, veterinários, zootecnistas, etc.), das Ciências Naturais (biólogos), Ciências Exatas e da Terra (geógrafos, etc.) e das Ciências Humanas (educadores, sociólogos,

artistas, etc.). Nesse sentido, os profissionais que atuam nos cursos de Agroecologia também são oriundos de cursos diversos, o que compõe um quadro interessante para se analisar as dimensões política, pedagógica e curricular do ensino de Agroecologia.

Diante dessa análise, questionamo-nos sobre a formação docente para atuar no ensino de Agroecologia. Consideramos, neste artigo, especificamente os cursos de licenciatura, uma vez que analisamos a dimensão pedagógica da educação profissional agroecológica; entendemos esses cursos como formadores de quadros docentes para atuar no ensino profissional, principalmente nos cursos técnicos de nível médio. Dessa maneira, reportamo-nos à experiência gerada no âmbito formativo da primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Procuramos desdobrar, em nossas discussões, as observações que estamos captando durante a experiência formativa, frente às concepções teóricas da Agroecologia enquanto formação para a emancipação de atores do campo.

Assim, reportamo-nos à educação em Agroecologia pelas dimensões em que os princípios do processo educativo são norteadores da prática docente, ao mesmo tempo que colocamos em evidência uma ressignificação do processo para além da profissionalização no ensino agrícola. Essa questão apresenta ainda maior importância no momento em que se pretende discutir as políticas para as diretrizes da educação formal em Agroecologia, cujos processos de formação docente estão intimamente ligados à estratégia de consolidar o paradigma agroecológico no campo da educação profissional.

As impressões aqui apresentadas foram construídas nas discussões geradas no Grupo de Pesquisa sobre Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Ensino de Agroecologia, bem como em nossas práticas como educadores na Licenciatura em Educação do Campo – Pronera 2009 (UFRRJ). Apesar de sua precariedade estrutural por conta dos limites do Edital Pronera, dos diferentes tempos e processos entre a Universidade, o Inkra e os movimentos sociais, a experiência contribuiu para comprovar que outra proposta de graduação é possível, fruto das experiências dos movimentos sociais e das perspectivas que estes criam para um outro tipo de Universidade.

O Projeto Político-Pedagógico do curso traduz a união de esforços de áreas de estudos/experiências engendradas na cotidianidade de sujeitos e atores da UFRRJ e a prática da diversidade e alteridade dos assentamentos rurais do Rio de Janeiro. Desse modo, o curso destina-se à formação de educadores e educadoras para atuação nas escolas do campo situadas em contextos específicos e socioculturais diversificados.



Com duração de 3 anos, mediado pela Pedagogia da Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, o curso atendeu cerca de 60 jovens vinculados a movimentos sociais e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras), tendo duas grandes áreas de conhecimento como opção de especialidade do educando: 1. Ciências Sociais e Humanidades; e 2. Agroecologia e Segurança Alimentar (LEC, 2010).

Princípios na formação do educador agroecológico

Diante dessas questões, nos reportamos a alguns princípios e pressupostos filosóficos, epistemológicos e metodológicos para a formação do educador agroecológico (ou do agroecólogo educador) partindo da experiência gerada no âmbito formativo da primeira turma do curso PRONERA 2009 de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) na UFRRJ.

Primeiro pressuposto: formação multidisciplinar e interdisciplinar. Segundo pressuposto: elaboração da proposta político-pedagógica e da organização curricular em parceria com os movimentos sociais e sindicais do campo e as organizações dos povos tradicionais, dialogando coletiva e diretamente com suas experiências e demandas, tendo como objetivo atuar nas áreas de reforma agrária e de agricultura familiar. Terceiro pressuposto: formação a partir da Pedagogia da Alternância, de forma que a articulação dos Tempo-Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC) se construa a partir do Estudo da Realidade (FREIRE, 1979) por parte dos educandos, acerca de seus próprios territórios, relacionando produção individual e coletiva, produção local e global, conhecimentos populares, “comunitários”, geracionais, escolares, científicos, a partir da Prática-Teoria-Prática. Quarto pressuposto: atividades de docência e extensão articuladas a partir da pesquisa (Estudo da Realidade), propondo aos educandos (por território) a construção de um Trabalho Integrado que parte da pesquisa da realidade local e que busca desafiar os educandos a articularem interdisciplinarmente os diferentes conhecimentos trabalhados nas aulas do TE. Esses conhecimentos são sistematizados num trabalho escrito, que é apresentado na Universidade no início do TE seguinte ao TC. Também costumam gerar atividades na comunidade, no assentamento – dentro ou fora da escola. Quinto pressuposto: formação de professores baseada num processo autorreflexivo, possibilitando ao educando, futuro educador, tornar suas práticas educativas a principal matéria-prima de seu processo formativo. É importante lembrar que o processo formativo trabalha a concepção de Agroecologia enquanto formação para a emancipação de atores do campo.

A partir do primeiro princípio, emerge uma reflexão central para as discussões acerca dos currículos de Agroecologia. O que se abre, e realmente merece investigação e aprofundamento, é o perfil transdisciplinar/interdisciplinar das ementas que surgem, gerando “neodisciplinas”. O movimento que se configura em torno da questão do currículo traz a necessidade de não mais compartimentalizar os saberes em pedaços cada vez menores, mas justamente seu inverso: fundir saberes, gerando não apenas novas abordagens, mas principalmente novos modos no fazer acadêmico.

Em um movimento muito interessante, Fritjof Capra (2006) e seus colegas fundam, no início do novo milênio, um centro de ecoalfabetização, trazendo à tona a questão ambiental não mais como transversalidade ou elemento de projeto, mas como matriz, como referencial para a construção do fazer escolar. Acontece um deslocamento do olhar *conteudista* para um olhar de *padrões* — mais especificamente, as redes emergem da problematização do paradigma da disjunção cartesiana positivista.

Muito dessa discussão está presente na tradição crítica, mais especificamente na educação ambiental crítica. Não é mais novidade que o ciclo modernidade/pós-modernidade está gerando uma grande “erosão” ambiental, em que a extinção de espécies aparece como síntese do sinistro quadro que se constrói diariamente como hegemônico, apesar das inúmeras práticas contrárias a esse processo. Para citar algumas, temos a agricultura familiar, a permacultura, as ecovilas, a agricultura orgânica e a reciclagem.

Das reflexões e inúmeras práticas desenvolvidas ao longo dos últimos 3 anos na LEC/UFRRJ, emergiu a necessidade da estruturação de um espaço para o aprofundamento nas experimentações agroecológicas. Desde final do ano de 2012, a equipe do curso está imersa na tarefa de implementação dessa área, localizada no Campus Seropédica da UFRRJ. A princípio, dois eixos são norteadores das ações: Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Bioconstruções. A partir de deliberações coletivas, referência para a consolidação democrática do fazer social, o grupo atualmente está trabalhando na adubação verde de parte da área e na elaboração de estudos para implementar construções de base permacultural, tendo como objetivo a estruturação de uma grande sala de aula/estufa, caminhando para a fusão entre teoria e prática no espaço pedagógico. O processo descrito está presente na disciplina Sistemas Agroflorestais e Transição Agroecológica, integrante do Tempo-Escola 6, e também enquanto



Laboratório de Práticas Agroecológicas ao longo do novo curso regular¹, recentemente aprovado pelo MEC e em processo de implementação.

Daqui retiramos outro elemento a ser amplificado no fazer agroecológico e ainda pouco explorado: o componente arquitetural. Nossas casas de ferramentas, nossos vestiários nada mais são que variações de nossa ligação com a mãe terra: são ninhos elaborados. Não podemos pensar em Agroecologia senão como nos ensina Michael Reynolds, no filme *O Guerreiro do Lixo*: como potencialização natural, em que a problematização do estilo *fast trash* de vida das grandes cidades é ponto-chave.

Educadores e educandos: diálogo entre saberes na construção de conhecimentos

Consideramos, nesta experiência, o processo formativo docente tanto acadêmico como de profissionalização, ou seja, nossa discussão pretende trazer à tona as contribuições sobre a formação de professores que se aplicam tanto nos cursos de formação profissional como na práxis docente do educador que atua no ensino da Agroecologia. Para organizar essas considerações, reportamo-nos a três questões fundamentais que compõem a formação desse educador, que se referem a: Pedagogia da Alternância; formação holística e interdisciplinar; e educação para a emancipação.

A Pedagogia da Alternância vem sendo apropriada como processo formativo nos cursos de Agroecologia, objetivando dialogar o conhecimento teórico com a prática, bem como os saberes científicos com os saberes populares e tradicionais. Nesse processo, a construção do conhecimento acontece no diálogo do educando com os profissionais acadêmicos e a sua realidade vivenciada na comunidade. Sabemos que a Pedagogia da Alternância foi trazida ao Brasil pelas Escolas Famílias Agrícolas na década de 1970. Apesar de a ideia ser internacionalizada, vem ganhando no Brasil traços de sua cultura à medida que as experiências de formação por alternância começam a se expressar, principalmente no campo da educação agrícola (BEGNAMI, 2004). Muitos cursos de Agroecologia optam por essa metodologia de formação. Acreditamos que essa característica consolida a dimensão do diálogo entre os saberes populares e acadêmicos, sendo a amálgama uma grande força da construção do conhecimento agroecológico.

As observações feitas nas experiências da LEC via Pedagogia da Alternância consolidam uma compreensão do processo de formação a partir da própria experiência

¹ O Edital SESU/MEC no.2/2012 PROCAMPO regulariza 45 cursos de graduação em Educação do Campo em todo o país, sendo 2 no estado do Rio de Janeiro.

dos educandos. Ou seja, as dimensões teórica, crítica e prática desse processo são cotidianas na sua formação acadêmica. Acreditamos que tal característica é de fundamental importância, uma vez que alguns dos educadores que atuam no curso apresentaram certas dificuldades de entender e trabalhar com essa metodologia. Observamos a problemática em pesquisas com outros profissionais que atuam em cursos de Agroecologia mediados pela Pedagogia da Alternância. Esta análise nos leva a perceber a necessidade de uma orientação pedagógica específica para a formação de professores quanto a essa nova abordagem educacional e sua importância para a Agroecologia.

Na busca pela interdisciplinaridade, os conteúdos são trabalhados por professores de áreas afins, que oferecem matérias distintas em outros cursos, mas que, articulados para a construção de uma disciplina, buscaram explorar uma experiência de formação diferenciada dos cursos tradicionais. Uma das discussões que embasam a ruptura da Agroecologia com os cursos tradicionais de agronomia é a estrutura curricular compartimentalizada (JESUS, 2000; CAPORAL *et al.*, 2006). Essa questão é bem mais complexa numa discussão curricular sobre os cursos de Agroecologia, porém, no tocante à formação docente, buscamos uma interação entre os diferentes saberes na construção de conhecimentos, mesmo compartimentalizados por áreas, objetivando uma formação holística do processo de formação para a Agroecologia. Os estudantes do curso relataram certa dificuldade de conectar os conteúdos e de entender a dimensão da interdisciplinaridade. Acreditamos que isso faz parte do processo experimental dessa nova abordagem na educação profissional, uma vez que a fragmentação do conhecimento pelas disciplinas é a marca de nossa educação escolar. Em outros aspectos, os docentes do curso também puderam explorar essa dimensão quando planejavam e executavam as disciplinas.

A partir da interação entre problematização da realidade via Pedagogia da Alternância e formação holística pela transdisciplinaridade, encontramos um aspecto fundamental para a formação docente em Agroecologia: a educação para a emancipação, salutar processo direcionado a uma autorreflexão crítica, em que a técnica não é desconectada da consciência das pessoas, ela é a extensão do braço do ser humano (ADORNO, 1995). Nesse sentido, atentamo-nos para um processo formativo que rompe com a *modelagem* de pessoas para atuar no ensino agroecológico. Busca-se a todo momento a elaboração coletiva de uma consciência verdadeira, gerada no diálogo entre a realidade de cada um e a formação acadêmica de todos. A Agroecologia não requer



um modelo formativo único, mas, sim, um processo de equilíbrio entre racionalidade e afetividade, de formação de sujeitos críticos e atuantes que dominam a técnica, e não fazem dela uma finalidade em si mesma.

Considerações finais

Entendemos que o próprio processo histórico da militância na Agroecologia se encarregou de formar (informalmente) muitos profissionais que atuam nessa área. À medida que essa ciência foi ganhando espaço no campo acadêmico, a constituição de uma formação mais consolidada no âmbito de projetos de pesquisa e extensão também garantiu a formação de recursos humanos para tal. Baseando-se nesta análise, encontramos docentes capacitados atuando na educação profissional agroecológica. Porém, não podemos negar que esse quadro não foi suficiente pra atender a demanda, na medida em que os cursos de Agroecologia foram surgindo de diferentes formas e atendendo a distintas perspectivas e necessidades.

Dessa forma, encontramos na experiência da LEC/UFRRJ a busca de uma abordagem de educação popular construída junto aos movimentos sociais em articulação com a instituição acadêmica. Construir os conhecimentos que compõem a formação agroecológica via transdisciplinaridade, Pedagogia da Alternância e formação crítica a partir da reflexibilidade são referências centrais.

A formação de um educador capacitado para atender à demanda é uma necessidade que não foge da elaboração dos princípios e das diretrizes do ensino em Agroecologia, sendo fundamental na elaboração de políticas públicas a dimensão pedagógica do profissional que atua nessa perspectiva. Assim, construímos nossas análises nos pressupostos apresentados para que o diálogo entre experiências em construção e a constante análise crítica de sua práxis gere a superação do modelo “agronocivo” implementado massivamente em meados do século passado. O educador que se apresenta enquanto mediador de saberes inserido no processo formativo de construção de conhecimento nos parece ser um sujeito com características fundamentais para um educador agroecológico.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 3. ed.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia – bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.



- BEGNAMI, J. B. *Uma geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil*. Documentos Pedagógicos. UNeFAB, 2004.
- BRANDÃO, C. R. A cultura do povo e a educação popular. In: *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 2ª ed.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2006. Disponível em:
<http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%202052006-ltima%20Verso1.pdf>. Acessado em: 10/05/2013.
- CAPRA, F. *Alfabetização Ecológica A Educação Das Crianças Para Um Mundo Sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JESUS, E. L. O perfil do profissional para atuar em Agroecologia: um novo desafio às escolas de ciências agrárias. 2000. Disponível em:
<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/887008>. Acessado em: 10/05/2013.
- LEC. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. UFRRJ/PROGRAD, 2010.
- LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese de doutorado do CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007.